

## COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

### Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

<b>Data:</b> 03 de dezembro de 2020	<b>Local:</b> Reunião realizada por vídeo conferência
<b>Horário:</b> 13:45 às 15:30 horas	
<b>Participantes com direito a voto:</b>  Representantes membros institucionais: 5 participantes; Representantes membros corporativos: 1 participante; Representantes membros do governo: 3 participantes.  <b>Demais participantes:</b>  MMA: 5 participantes.  ICMBio: 3 participantes.  Funbio: 4 participantes.  Listagem completa de participantes  Presidente da reunião e participantes:  José Alentejano (Presidente do CFT), Vecita Chicchón (Gordon and Betty Moore Foundation), Meg Symington (WWF-US), Florian Arneth (KfW), Adriana Moreira (GEF), Tiago Alves (Anglo American), Mariana Ferreira (WWF-BR), Beatriz Milliet (MMA), Laura Abba (MMA), Ricardo Santos (Ministério da Economia), Tatiana Fajardo (DIPLAN/ICMBio), Leandro Aranha (DECO/MMA), Caio Antero (DECO/MMA), Antonio Cabral (DRE/MMA), Camila Lobo (DIMAM/ICMBio), Fernanda Santos (DIMAN/ICMBio), Rosa Lemos (Secretária Geral/Funbio), Manoel Serrão (Superintendente de Programas/Funbio), Fernanda Marques (Coordenadora de Doações/Funbio), Fábio Ribeiro (Gerente de Projetos/Funbio).	

## Sumário

I.	Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia. ....	2
II.	Formalização de alterações no Módulo II do MOP já aprovadas em reuniões anteriores do CFT .....	3
III.	Atualização - Resultados das ações de enfrentamento a COVID 19 apoiadas pelo Programa ARPA.....	3
IV.	Atualização - Apoio emergencial para UCs do Amazonas .....	5
V.	Atualização sobre execução do Programa e gestão de ativos do Fundo de Transição .....	6
VI.	Processo de Revisão dos Modelos de Custo e Financeiro do ARPA – Relatórios E,F,G e H. ....	9
VII.	Encerramento e Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.....	12
VIII.	Encaminhamentos e Deliberações.....	13

### I. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.

José Alentejano abre a reunião dando boas-vindas aos presentes e cumprimentando as autoridades representantes das instituições participantes e suas equipes técnicas. Convida os participantes e novos representantes da Unidade de Coordenação do Programa a se apresentar. Beatriz Milliet apresenta a equipe da UCP, que além dela é composta por Laura Abba (Diretora DAP/MMA), Leandro Aranha e Caio Antero (Diretor e Gerente do DECO/MMA, respectivamente) e Antonio Cabral (Diretor Substituto do DRE/MMA).

Adriana Moreira comunica que não faz parte da equipe do Banco Mundial desde novembro de 2020 ressaltando que é a primeira vez que a mesma participa da reunião do CFT como representante do GEF. Informa que a partir de então fará a representação do GEF no CFT.

Fabio Ribeiro apresenta a agenda do dia e as deliberações e encaminhamentos da última reunião do CFT, realizada em setembro de 2020.

José Alentejano questiona se há alguma atualização sobre o encaminhamento da última reunião: *“MMA manterá o CFT atualizado sobre o andamento do processo de estruturação de alternativa para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens).”*

Beatriz Milliet responde que na última reunião, representada por Marcelo Freire (DRE/MMA) foi apresentada uma proposta na qual o MMA vem trabalhando, de fazer uma vinculação dos 10 milhões a partir do Projeto Adote um Parque, onde recursos investidos pela iniciativa privada em UCs do ARPA seriam contabilizados como contrapartida para cumprimento da 3ª condição de desembolso do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia.

Adriana Moreira lembra que será necessário fazer uma reestruturação no contrato para alteração da condição de desembolso. Beatriz Milliet agradece o comentário e informa que teve uma reunião recente com o Funbio sobre essa proposta e também irá conversar com o Banco Mundial.

## **II. Formalização de alterações no Módulo II do MOP já aprovadas em reuniões anteriores do CFT**

José Alentejano comunica que os temas desse item da agenda são formalizações de assuntos que foram objeto de discussão em reuniões anteriores do CFT.

Fábio apresenta o texto do Fundo de Contingencia que está sendo incorporado ao MOP. Fabio lembra que o texto foi distribuído por e-mail para a reunião do CFT realizada em setembro de 2020 e novamente para os participantes da reunião de dezembro, de forma que todos tiveram a oportunidade de avaliar o texto.

Alentejano apresenta a alteração do mandato local da política de investimentos do Fundo de Transição que já havia sido aprovada em reunião anterior.

Rosa Lemos, em seguida, relembra que foi criado um subcomitê financeiro do FT para a definição da política de investimentos do fundo de transição (FT) e para a seleção do gestor do Fundo Internacional. Relembra também que, na reunião de 13 de maio de 2019, chegou-se à conclusão que este subcomitê não seria mais necessário, e que os membros do CFT concordaram que era adequado e suficiente o acompanhamento dos resultados da gestão de ativos realizado pela Comissão de Gestão de Ativos do Funbio (CGA). Os membros do CFT também concordaram unanimemente que a composição da CGA era satisfatória. Assim, se faz necessária a revisão do texto da política de investimentos para a supressão de menções ao subcomitê financeiro no texto.

Alentejano lembra que esta é uma formalização do que já foi discutido anteriormente.

Adriana Moreira comenta que as alterações no MOP têm que ser submetidas à não objeção do Banco Mundial e Alentejano solicita ao Funbio que faça essa solicitação ao BM.

**Deliberação 1:** Como não houve objeção, foram aprovadas pelos membros do CFT as alterações no Módulo II do Manual Operacional do Programa ARPA relacionadas ao Fundo de Contingência e à atualização da política de investimentos do Fundo de Transição.

**Encaminhamento 1:** Funbio deve buscar a não objeção do Banco Mundial às revisões do Manual Operacional do Programa.

## **III. Atualização - Resultados das ações de enfrentamento a COVID 19 apoiadas pelo Programa ARPA**

Fabio contextualiza a decisão, tomada na reunião do CFT de setembro de 2020, de expandir o prazo de apoio a ações de enfrentamento a pandemia de COVID-19. A moldura foi mantida, e foi dada a possibilidade que houvesse remanejamento entre UCs do mesmo órgão gestor. Isto foi amplamente divulgado entre os gestores do ARPA. Foram recebidas seis solicitações de apoio no mês de outubro, além do pleito da NGI Terra do Meio. Esta UC havia feito o pleito em junho, mas não tinha conseguido realizar a ação e entrou para o grupo da extensão do prazo. Os pedidos realizados a partir da extensão de prazo são apresentados na tabela abaixo.

<b>Unidade de Conservação</b>	<b>Data da Solicitação</b>	<b>Valor</b>	<b>Despesa</b>	<b>Famílias atendidas – cestas de alimentos</b>	<b>Pessoas atendidas - EPI</b>
Rebio Maicuru (2º Apoio)	29/10/2020	R\$3.000,00	Cestas de Alimentos	25	
Parque Estadual da Serra dos Martírios/ Andorinhas (2ºApoio)	27/10/2020	R\$6.000,00	Cestas de Alimentos	120	
Rebio do Jaru – (2º Apoio)	15/10/2020	R\$3.370,00	EPI		36
RESEX Auati-Paraná	29/10/2020	R\$5.500,00	EPI		16
RESEX Baixo-Juruá	29/10/2020	R\$2.000,00	EPI		9
ESEC Juami-Japurá	29/10/2020	R\$2.000,00	EPI		9
NGI Terra do Meio	02/06/2020	R\$50.000,00	Cestas de Alimentos	443	
<b>Total</b>		<b>R\$71.870,00</b>	<b>-</b>	<b>145</b>	<b>70</b>

Fabio Ribeiro apresenta o detalhamento dos valores pleiteados pelas Unidades. As solicitações somam R\$ 71,8 mil, e a expectativa de impacto dessas ações é de atender 145 famílias no âmbito de segurança alimentar, além da aquisição de EPI para 70 pessoas, entre equipe e colaboradores das UCs. Fabio explica que estas ações ainda estão em curso e os dados apresentados são da estimativa inicial apresentadas pelas UCs. Posteriormente à realização das ações é feita uma prestação de contas e os resultados efetivos são reportados ao CFT.

Fabio Ribeiro também apresenta os resultados da RESEX Rio Gregório, que estava com ação em curso à época do último reporte dado ao CFT, em setembro de 2020. A RESEX Rio Gregório realizou a aquisição de cestas de alimentos para 62 famílias, num total gasto de R\$ 6.517,00. Considerando todas as unidades que pleitearam e finalizaram o apoio disponibilizado em junho de 2020, as 22 unidades fizeram uso de total de R\$170.466,00 em recursos do Programa, sendo 80% do recurso direcionado para ações de segurança alimentar.

Fabio Ribeiro prossegue apresentando os principais resultados das ações realizadas até a presente data: 212 colaboradores receberam EPIs; 372 pessoas foram apoiadas para a realização do cadastro na base do Governo Brasileiro e acesso ao auxílio emergencial do governo; foi dado apoio com transporte para que 50 comunitários pudessem chegar até uma agência bancária para saque do auxílio emergencial do Governo Brasileiro; e foram distribuídas 2.468 cestas de alimentos em 150 comunidade de UCs do ARPA, assistindo aproximadamente 5040 pessoas. Fábio Ribeiro finaliza informando que o Funbio enviará relatório com estes resultados ao CFT na próxima semana.

José Alentejano agradece pelo reporte feito e questiona se ainda há demandas relevantes com relação a este recurso.

Fábio informa que o Funbio recebeu apenas 6 pedidos em outubro e nenhum em novembro, e que pode indicar que a realidade está mudando em relação a demanda das Unidades. Alentejano pergunta aos membros do CFT se o auxílio deve ser encerrado.

Manoel Serrão alerta que estamos em risco de uma segunda onda, e ainda há incerteza quando a soluções mais efetivas como uma vacina. Assim, sugere que esta decisão fosse postergada até a primeira reunião do CFT em 2021, isso em função do aumento de casos observado em algumas capitais e a incerteza quanto aos rumos e consequências que a pandemia tomará.

Beatriz Milliet pede confirmação se não houve demanda pelo auxílio no último mês (novembro), e se o auxílio é fornecido sob demanda. Fábio Ribeiro confirma, e explica que no Funbio não recebeu demanda no mês de novembro.

Beatriz informa que o MMA não se opõe a manter o auxílio até a próxima reunião do CFT.

Avecita Chicchón lembra que foi solicitado que o governo agilizasse formas de apoio à estas áreas e pergunta se isso foi realizado. Alentejano explica que o governo federal disponibilizou o auxílio emergencial, e que auxílios complementares foram disponibilizados também por alguns governos municipais e estaduais.

**Deliberação 2:** Aprovada a continuidade do Auxílio emergencial para enfrentamento da COVID 19, com o mesmo desenho que foi aprovado na reunião de setembro de 2020, até a primeira reunião do CFT de 2021, quando sua continuidade será reavaliada.

#### **IV. Atualização - Apoio emergencial para UCs do Amazonas**

Fábio contextualiza o pleito feito pelo Amazonas, aprovado na reunião de setembro de 2020 do CFT. Nesta reunião, o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas fez uma apresentação expondo algumas fragilidades que a pandemia de COVID 19 gerou no orçamento da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. O Amazonas fez um pleito por apoio financeiro do Programa ARPA dividido em duas etapas. A primeira seria para contratação de pessoal, já que em 2020 as UCs do ARPA sofreram com o desligamento de parte do staff de gestores ligados a SEMA-AM após encerramento de um contrato de terceirização de técnicos. A segunda etapa do pleito seria a construção de um portal de transparência para os recursos utilizados para conservação de áreas protegidas no estado do Amazonas.

O pleito foi aprovado pelo CFT, e o Funbio teve reuniões com a SEMA/AM, para discussão da etapa 1, orientou a elaboração do TdR para contratação de empresa para terceirizar o serviço de 14 técnicos para gestão das UCs do ARPA. Apesar do Funbio ter contatado várias empresas e ter

recebido manifestação de interesse de algumas, o período de cotação se encerrou sem o recebimento de propostas. Fábio Ribeiro informou que, em parceria com a equipe da SEMA-AM, estão sendo realizados ajustes do TdR de forma a ampliar o espectro de fornecedores, com a flexibilização de algumas exigências, sobretudo aquelas relacionadas à experiência de trabalho com a administração pública, tempo de experiência da empresa e movimentação financeira anual. Assim que realizados esses ajustes, será publicada uma chamada no site do Funbio para ampla divulgação.

A segunda etapa, de construção do portal de transparência, será subsequente à primeira etapa.

Rosa Lemos complementa que processos de terceirização são processos de contratação delicados, onde há possibilidade de problemas trabalhistas. As exigências são necessárias para que o processo de contratação selecione empresas idôneas de forma a minimizar os riscos das contratações.

Alentejano questiona se há uma estimativa do impacto que o atraso na contratação tem causado a gestão na SEMA/AM. Manoel Serrão responde que a reabertura da chamada não deve atrasar em mais de 30 dias, e que Fábio Ribeiro tem trabalhado com a equipe da SEMA/AM para monitorar o avanço da contratação.

#### **V. Atualização sobre execução do Programa e gestão de ativos do Fundo de Transição**

Fabio apresenta os resultados da execução físico financeira do Programa. Considerando resultados do PO 2020/2021 até o mês de outubro, dos R\$ 84 milhões planejados 26% (R\$ 22 milhões) foram solicitados pelas UCs. Do montante solicitado, 91% foram executados pelo Funbio ou são recursos comprometidos em contratos vigentes. Efetivamente foram executados (pagos) 67% do solicitado (R\$ 15 milhões). Fábio Ressaltou que, devido à pandemia, o ano de 2020 foi atípico em relação as solicitações feitas pelos gestores. Entre janeiro e outubro de 2020 foram executados R\$ 34,9 milhões pelo programa ARPA, e de 2003 até 2020 a execução alcançou R\$ 401,4 milhões.

Ricardo Santos solicita esclarecimentos em relação ao planejado e executado pelo programa. Pergunta como se deu o desempenho nos anos anteriores, já que o ano de 2020 foi impactado pela pandemia. Fábio Ribeiro coloca que o Funbio possui os gráficos dos demais anos e pode disponibilizar para os presentes. Quanto ao desempenho de solicitações informa que é maior que o atual. Rosa Lemos informa que a média de execução dos POs fica em torno de 70 a 75% do recurso planejado. Coloca que em 2020 houve uma queda acentuada deste desempenho, não apenas devido a COVID 19, mas também devido à perda de pessoal nas UCs, como ocorreu com o Estado do Amazonas.

Ricardo Santos pergunta também sobre o valor planejado, se é padrão ou varia em cada Biênio. Fabio responde que isso varia de acordo com o grau de consolidação das unidades, pois unidades consolidadas recebem recurso de manutenção, que é menor que o de consolidação. No PO 18/19, assim como no PO 16/17, as unidades receberam um valor maior de recursos porque havia uma grande expectativa de consolidação de todas as UCs para 2019, o que não ocorreu. O plano de consolidação foi revisado e novas metas replanejadas para 2026. Assim, o planejamento do biênio

20/21 possui menos recursos do que os dois POs anteriores. Além disso, outros fatores que influenciam o valor que é dividido entre as unidades a cada biênio são as condições de desembolso, que são aplicadas ao valor calculado pelo modelo financeiro. Caso essas condições não sejam atendidas, podem levar a uma diminuição do recurso recebido pelo órgão gestor naquele biênio.

José Alentejano prossegue apresentando resultados da gestão de ativos do Fundo de Transição.

#### **A) Fundo internacional:**

Alentejano informa que foi um ano extraordinariamente bom para a carteira internacional. Iniciamos o ano com USD 104 milhões, foram retirados 10 milhões e fechamos outubro com USD 108 milhões, graças a rendimentos de 14 milhões. A carteira chegou a cair 12%, mas se recuperou e está quase 14% acima no ano, e também muito acima do benchmark. O principal motivo do excelente desempenho é a concentração em ações de empresas da economia do século 21 - tecnologia e saúde, principalmente - que tiveram um desempenho excepcional com a pandemia, ao contrário de setores tradicionais como óleo e gás e da indústria e comércio tradicionais. Nos dois últimos meses o Fundo de Transição teve um desempenho ligeiramente negativo com as empresas do portfólio entregando uma parte do ganho excepcional que tiveram.

Em comparação, em 19 fevereiro S&P 500 havia atingido o recorde histórico de quase 3400 pontos. Com a pandemia, caiu 35% até aprox. 2200 em 23 março. Ontem fechou a 3669, subindo 13% no ano e 67% desde março.

#### **B) Fundo Local:**

O fundo local também apresentou um ótimo desempenho no ano. Vale lembrar que o fundo local é muito mais conservador, dado que investe os recursos que serão utilizados nos próximos 4 anos. Iniciamos o ano com R\$ 152 milhões, entraram R\$ 45 milhões, foram retirados R\$ 40 milhões e tivemos R\$ 3,8 milhões de rendimentos, fechando outubro com R\$ 161 milhões. A carteira caiu apenas 3%, se recuperou e está 5% acima no ano, também muito acima do benchmark.

Em comparação, a Bovespa fechou ontem próximo a 112 mil pontos, tendo subido 16% no mês, mas ainda está negativa no ano. Iniciou o ano próximo de 118 mil pontos, caiu 54% a 64 mil pontos em 23 de março e subiu 75% até ontem, bem próximo do início do ano.

#### **C) Câmbio:**

Nas últimas semanas o Real vem se valorizando frente ao dólar. O dólar iniciou o ano cotado a 4,02 reais, subia a 5,74 e fechou ontem a 5,23. Como o fundo local tem recursos em Reais para a execução dos próximos 4 anos, estamos protegidos dessas oscilações.

#### **D) Futuro:**

Alentejano coloca que para o futuro temos as incertezas da recuperação econômica pós-pandemia, que depende dentre outros fatores da velocidade com que os países conseguirão vacinar suas

populações, da recuperação de empresas e do emprego. E a seguir teremos que navegar uma nova realidade econômica de governos altamente endividados, que pode vir a trazer aumento de tributos e inflação.

Por isso é importante revisitarmos a Política de Investimentos do Fundo de Transição. Para a próxima reunião do CFT, Alentejano propõe que seja apresentada a revisão dos últimos 5 anos da gestão de investimentos do Fundo de Transição. Propõe que o Funbio (como gestor do Fundo) conduza essa revisão com o apoio dos gestores de investimentos do fundo Local e do fundo Internacional. Finaliza propondo que o Funbio, junto com os gestores de ativos, faça uma revisão das projeções de risco e retorno futuro e, com base nisso, o CFT revise a Política de Investimentos.

Beatriz Milliet expressa a preocupação com o risco dos investimentos considerando o retorno em dólar de 14%, o que não seria exatamente uma carteira conservadora. Ricardo Santos pergunta sobre os tipos de investimentos das carteiras, se há investimentos em ativos verdes.

Alentejano explica que a carteira internacional é uma carteira de longo prazo e que atualmente tem uma alocação de 56% em renda variável, o que é uma alocação conservadora dado que o mandato estabelece uma faixa de 50 a 80%. A carteira apresentou não só um retorno muito bom, mas também uma boa relação risco-retorno, com a redução da volatilidade em comparação aos índices de mercado.

Explica também que a política de investimentos prevê que os critérios ESG sejam adotados, e isso fez parte da escolha dos gestores. Acrescenta que há também restrições que devem ser seguidas quanto a setores da economia, como óleo e gás, tabaco, armas, uso de animais para fins não medicinais, etc., e que a Julius Bar tem seguido. Complementa que isso ajudou a proteger a carteira neste ano, já que a grande queda no valor das empresas de óleo e gás e de mineração afetou negativamente os portfólios não-ESG.

Rosa Lemos complementa colocando que a opção por investimentos em empresas de TI, de saúde e de empoderamento, que tiveram um grande crescimento no período de pandemia, foram as principais responsáveis pelo alto retorno neste ano. Alentejano exemplifica mencionando Microsoft, PayPal e Salesforce, importantes no portfólio, todas empresas da economia do século 21.

Adriana Moreira agradece aos membros do Conselho Deliberativo do Funbio, particularmente ao apoio PRO BONO realizado pelos conselheiros da Comissão de Gestão de Ativos, no aconselhamento que orienta a gestão dos ativos do Programa ARPA. Ressalta a importância desse aconselhamento do Conselho do Funbio para os resultados e menciona o importante trabalho de apoio realizado pelo KfW que levou a Julius Bär a assumir a carteira internacional do Fundo de Transição.

Adriana Moreira finaliza registrando o agradecimento do GEF aos profissionais do Funbio e especialmente aos membros do setor financeiro no Conselho Deliberativo do Funbio, que tanto contribuem na orientação da gestão de ativos garantindo bons resultados de investimentos deste



recurso tão importante e difícil de obter, que é o recurso destinado a proteção da biodiversidade. Rosa Lemos agradece em nome do Funbio e faz um agradecimento especial a Alentejano, que atua na Comissão de Gestão de Ativos do Funbio há muitos anos, além de estender o agradecimento aos outros membros do conselho.

Alentejano coloca que é tempo de realizar a revisão da política de investimentos e de resultados da gestão de ativos dos últimos 5 anos. Propõe que o CFT designe o Funbio, enquanto gestor do fundo que, e em conjunto com os gestores de ativos (Pragma e Julius Bär), realizem uma revisão da gestão dos últimos 5 anos, além de uma revisão das previsões de risco e retorno para o Portfolio. Com isso, o CFT terá insumos para reavaliar a política de investimentos. Solicita esta revisão para a próxima reunião do CFT.

**Encaminhamento 2:** Funbio deve conduzir, com apoio dos gestores do fundo Local e do fundo Internacional, a revisão de 5 anos na política de investimentos do FT e também a revisão das projeções de risco e retorno futuro para que, com base nisso, o CFT revise a Política de Investimentos.

## **VI. Processo de Revisão dos Modelos de Custo e Financeiro do ARPA – Relatórios E, F, G e H.**

Fabio apresenta os relatórios previstos no Manual Operacional na rotina de trabalho do Programa. Quatro relatórios importantes chegam a fase de uma nova versão ou uma primeira versão. Fabio detalha cada um dos relatórios e a previsão de entrega dos mesmos.

- **Relatório E: Revisão do Modelo de Custos** - Este é um relatório de revisão do modelo de custos. De periodicidade de no mínimo a cada 5 anos, de responsabilidade do MMA, tem o objetivo de atualizar os custos anuais estimados a longo prazo para implementação dos atuais objetivos do ARPA, baseada em uma análise de custos por categoria e por plano de consolidação a longo prazo. Este relatório possibilita a compreensão pelos tomadores de decisão do Programa dos custos de longo prazo para realização dos objetivos do Programa. É necessário atualizar os custos para que o modelo possa responder de forma realista sobre os investimentos necessários para alcance das metas do Programa. Este relatório está previsto para 2021.
- **Relatório F: Revisão do Modelo Financeiro** - Este relatório realiza uma revisão do modelo financeiro. Tem periodicidade bienal, também de responsabilidade do MMA. O objetivo é que o MMA atualize sua expectativa de aumento de financiamento nos investimentos para cumprimento dos objetivos do Programa ARPA e do FT. Tem como input informações de contrapartida como recursos do governo gastos por marco referencial (seja de orçamento ou de outras fontes), recursos de doação gastos por marcos referencial, desempenho da performance do Fundo de Transição e Modelo de custos (relatório E). Este relatório também está previsto para 2021.

- **Relatório G: Validação do modelo de custos** - O relatório atualiza os custos anuais estimados a longo prazo para implementação dos objetivos do ARPA. O objetivo do relatório é possibilitar ao CFT uma compreensão independente dos custos de longo prazo do Programa. Essa validação é feita a partir da análise realizada pelo MMA sobre os custos anuais a longo prazo do ARPA, que são as informações consolidadas no relatório E. Este relatório também está previsto para 2021.
- **Relatório H: Análise Financeira** – Relatório mais finalístico no trabalho da revisão da modelagem do programa. É anual, feito pelo gestor do fundo e possibilita ao CFT ajustar a estratégia do FT baseada na realidade financeira apontada nos outros relatórios financeiros do Programa. Deve analisar e validar o modelo de custo e modelo financeiro apresentado pelo MMA sobre a trajetória anual de longo prazo dos desembolsos e fontes de financiamento. Deve fornecer eventuais análises adicionais ou esclarecimentos solicitados pelo CFT sobre a possibilidade de os recursos do FT não serem suficientes para alcançar os objetivos do Programa, deve trazer recomendações para condições de desembolso, nos desembolsos Ideais do FT para o futuro ou ainda se o FT tem recursos suficientes para alcance de seus objetivos. Têm sido feitos ajustes a cada biênio para definição dos recursos a serem recebidos por cada unidade, mas neste marco de 5 anos do Fundo de Transição, estes relatórios trazem uma revisão mais profunda para entender a dinâmica das necessidades das unidades e como o Fundo deve performar, considerando a consolidação planejada das unidades até 2026 e posteriormente a manutenção das mesmas.

Manoel complementa que o modelo deste Fundo já foi aplicado a outros países, como Peru, Colômbia e Indonésia, e que é uma ferramenta robusta planejada para receber melhorias e ajustes com o tempo.

Avecita Chicchón agrade a apresentação do Fábio Ribeiro e sugere uma avaliação independente de fatores externos que podem afetar o trabalho do Programa, como desmatamento, fogo e outros impactos sofridos pelas Unidades de Conservação. Considera que uma avaliação independente é importante para a saúde do programa.

Alentejano confirma se seria uma avaliação independente das principais ameaças do ARPA e convida os outros doadores a contribuírem com esta ideia.

Adriana Moreira concorda com a proposta, considerando que estamos vivendo uma conjuntura adversa em relação as áreas protegidas. Cita que no cenário global tem tido uma movimentação forte em relação a CDB do ano que vem em Beijing e que o ARPA deve se preparar para isso, considerando que o ARPA é um programa emblemático e consistente, sendo o maior programa de conservação de florestas tropicais. O ARPA, como parte do ASL, um dos projetos do GEF gerenciados pelo Banco Mundial, deverá ser submetido a uma avaliação de meio termo em outubro de 2021. Assim, uma avaliação independente e complementar sobre os impactos e pressões que a área vem sofrendo é importante para o programa.

Mariana Ferreira explica sobre a metodologia de *matching* para avaliar a efetividade de cada UC em relação ao desmatamento, comparando com outras unidades, e se coloca à disposição para integrar o grupo de trabalho e contribuir com estas metodologias que o WWF vem trabalhando.

Beatriz Milliet menciona que seria interessante que, além dos resultados dos investimentos, fosse reportado também os impactos em IDH, ou seja, os impactos na qualidade de vida da população que vivem nessas regiões, para que o desenvolvimento sustentável seja incorporado de uma forma mais evidente analisado através de indicadores relevantes.

Rosa Lemos responde que é uma análise importante, e que já houve a tentativa de realizar essa análise, mas os municípios na Amazônia têm uma grande extensão, e que o investimento nas UCs não reflete em métricas como IDH. O que poderia ser realizado é uma análise da qualidade de vida das comunidades que estão nas unidades, ou os pequenos negócios que são beneficiados pelas aquisições locais do programa.

Adriana Moreira lembra que o objetivo do Programa é a conservação da biodiversidade, e que o IDH depende de muitos investimentos de responsabilidade do governo, como saneamento, por exemplo, que é precário na Região Amazônica. Isso posto, no ARPA já há dados acumulados de investimento substancial para as economias locais. Lembra que já foi feito um estudo de contribuição para economias locais, que poderia ser retomado.

Beatriz esclarece que sugere IDH como forma de medir a mudança na qualidade de vida. Entende que tem pontos que são de responsabilidade do governo, mas que o IDH dá informações sobre o impacto que pode ocorrer nessas áreas em consequência, também do baixo IDH, como impactos no desmatamento, caça ilegal e na biodiversidade.

Adriana Moreira concorda, e complementa que já foi observado por meio das experiências com programas na região, que em muitos casos a qualidade de vida dentro de UCs, principalmente de uso sustentável, é superior à das sedes municipais quando se observa por exemplo, a incidência de doenças e a qualidade da nutrição das populações locais. Mas ressalta que é importante avaliar que existe uma relação entre a diminuição da fiscalização na Amazônia e o aumento do desmatamento e de outras pressões nas áreas protegidas. Resgata que não seria possível medir o impacto pelo IDH, mas que poderia ser avaliado o impacto nas economias locais, oferta de emprego e também investimentos e pagamentos de impostos nos municípios. São dados difíceis de conseguir, mas que poderia ser uma tentativa a ser feita.

Beatriz Milliet pontua que o MMA está envidando esforços na fiscalização contra ilícitos, sob coordenação do Conselho da Amazônia, atualmente responsável pela fiscalização na região da Amazônia legal. Cita também a dificuldade da pandemia atual, que também afeta a operacionalização das fiscalizações.

Alentejano propõe que seja apresentada pelo Funbio uma proposta de avaliação dos impactos locais socioeconômicos do ARPA nas UCs e seu entorno, principalmente nas UCs de uso sustentável, entretanto não apenas essas. Pergunta se a proposta é aceita por todos. Não houve objeção.

Florian Arneth solicita que o Programa financie um estudo independente para avaliar os resultados da gestão por Núcleos de Gestão Integrada (NGI). Sabe do esforço de avaliação do ICMBio, mas sugere que seja feita uma avaliação independente. Ressalta a importância das equipes alocadas ao gerenciamento das unidades de conservação para os doadores.

Adriana Moreira concorda com a importância de avaliação das NGIs como um mecanismo de gestão e sugere que seja incluída na avaliação sugerida por AVECITA Chicchón. Meg Symington ressalta a relação entre os modelos de gestão das UCs e o impacto financeiro para o Programa, reforçando a relevância da avaliação dos NGIs. AVECITA Chicchón sugere estabelecer um subcomitê para apoiar o desenho da avaliação. Anglo American, GEF, Moore, WWF, MMA e ICMBio se voluntariam a integrar o comitê. Dado o interesse de todos em colaborar, Alentejano propõe que o Funbio desenvolva os termos de referência dessas avaliações e os apresente para todo o CFT.

**Encaminhamento 3:** O Funbio deverá elaborar uma proposta que contemple:

- 1) Uma avaliação independente das ameaças externas às UCs do ARPA, como desmatamento, fogo, pressões por desafetação e outros impactos similares.
- 2) Uma avaliação do impacto socioeconômico do ARPA nas UCs e em seu entorno.
- 3) Uma avaliação independente da gestão por Núcleos de Gestão Integrada, em teste no Programa ARPA.

## **VII. Encerramento e Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.**

José Alentejano sugere que o calendário de reuniões de 2021 mantenha-se com três reuniões por ano, com consulta online para marcar as reuniões. Propõe que na primeira reunião seja apresentada a revisão da gestão de investimento nos últimos 5 anos, e que seja apresentada a proposta de revisão da política de investimentos. Adiciona que na segunda ou terceira reunião deve ser feita a aprovação do PO 2022/2023, e que os resultados das avaliações propostas deverão ser discutidos na segunda ou terceira reunião, dependendo do cronograma a ser acordado.

Alentejano pede que Fábio Ribeiro faça uma consulta online para marcação da data da próxima reunião.

Rosa Lemos solicita ao MMA um cronograma das reuniões do Comitê do Programa. Beatriz Milliet informa que a reunião do CP está marcada para 15/12/2020, e que estão construindo cronograma de reuniões para 2021 e compartilhará esta informação com o Programa.

Alentejano agradece a presença de todos e encerra a reunião.

## VIII. Encaminhamentos e Deliberações

Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<b>Deliberação 1:</b> Como não houve objeção, foram aprovadas pelos membros do CFT as alterações no Módulo II do Manual Operacional do Programa ARPA relacionadas ao Fundo de Contingência e à atualização da política de investimentos do Fundo de Transição.	-
<b>Deliberação 2:</b> Aprovada a continuidade do Auxílio emergencial para enfrentamento da COVID 19, com o mesmo desenho que foi aprovado na reunião de setembro de 2020, até a primeira reunião do CFT de 2021, quando sua continuidade será reavaliada.	-
<b>Encaminhamento 1:</b> Funbio deve buscar a não objeção do Banco Mundial às revisões do Manual Operacional do Programa.	<b>Funbio</b>
<b>Encaminhamento 2:</b> Funbio deve conduzir, com apoio dos gestores do fundo Local e do fundo Internacional, a revisão de 5 anos na política de investimentos do FT e também a revisão das projeções de risco e retorno futuro para que, com base nisso, o CFT revise a Política de Investimentos.	<b>Funbio</b>
<b>Encaminhamento 3:</b> O Funbio deverá elaborar uma proposta que contemple:  <ol style="list-style-type: none"><li>1) Uma avaliação independente das ameaças externas às UCs do ARPA, como desmatamento, fogo, pressões por desafetação e outros impactos similares.</li><li>2) Uma avaliação do impacto socioeconômico do ARPA nas UCs e em seu entorno.</li><li>3) Uma avaliação independente da gestão por Núcleos de Gestão Integrada, em teste no Programa ARPA.</li></ol>	<b>Funbio</b>

Brasília, 03 de dezembro de 2020.

**MEMBROS CFT INSTITUCIONAIS:**

---

**Avecita Chicchón**

Gordon and Betty Moore Foundation

---

**Florian Arneth**

KfW

---

**Gustavo Fonseca**

GEF/BR

---

**José Augusto Alentejano**

WWF/Brasil

---

**Meg Symington**

WWF/US

---

**MEMBRO CFT CORPORATIVO**

---

**Tiago Alves**

Anglo American

**MEMBRO CFT GOVERNO**

---

**Beatriz Milliet**

MMA

---

**Ricardo Santos**

Ministério da Economia

**CONSULTOR INTRÍNSECO:**

---

**Tatiana Fajardo**

DIPLAN/ICMBio

**SECRETARIA EXECUTIVA CFT:**

---

**Rosa Lemos**

Secretária Geral/Funbio

---

**Manoel Serrão**

Superintendente de Programas/Funbio

---

**Fábio Ribeiro Silva**

Gerente do Programa ARPA/Funbio